

A REPRESENTAÇÃO DO COMBATENTE NA FICÇÃO DE ANTÓNIO LOBO ANTUNES: FANTASMAS DE UM PORTUGAL ANTIÉPICO

Leonardo von Pfeil Rommel¹

Resumo: O presente artigo analisa a representação antiépica do combatente português em três romances do escritor português António Lobo Antunes, sendo eles: *Memória de elefante* (1979), *Os cus de Judas* (1979) e *Conhecimento do inferno* (1980). A literatura portuguesa que tematiza a Guerra Colonial destaca-se por apresentar um discurso contrário ao modelo camoniano e ao seu discurso laudatório, buscando reinterpretar o sentido da história contemporânea de Portugal. Para discutir o tema, usaram-se os teóricos Bakhtin (1998) e Anna Kalewska (2000). Demonstrou-se, assim, que a ficção de Lobo Antunes constitui-se em um discurso antiépico, que causa uma ruptura na identidade e no imaginário coletivo nacional ao questionar, através da figura do combatente da Guerra Colonial, o discurso épico de fundação de toda a mitologia imperial lusitana, o que configura uma das suas marcas na história literária portuguesa.

Palavras-chave: Antiépico; anti-herói; Guerra Colonial; identidade nacional; António Lobo Antunes

Introdução

O presente artigo analisa a representação do combatente na ficção do escritor português António Lobo Antunes, almejando demonstrar que o mesmo exerce a função de um anti-herói cuja imagem assombra e rasura a identidade nacional portuguesa ligada aos valores do império e das Grandes Navegações. A ficção de Lobo Antunes constitui-se, assim, em um discurso antiépico, que causa uma ruptura na identidade e no imaginário coletivo nacional ao questionar, através da figura do combatente da Guerra Colonial, o discurso épico de fundação de toda a mitologia imperial lusitana.

Ao se pensar sobre Portugal, é impossível não relacionar a imagem do país com o pioneirismo das expedições marítimas empreendidas no decorrer dos séculos XV até o XVII e com os nomes de seus famosos navegadores e descobridores, como Bartolomeu Dias, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, responsáveis por conduzir Portugal nas viagens ao redor do planeta, enfrentando o desconhecido e os perigos dos oceanos a fim de desbravar o

¹ Doutorando em Estudos de Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Email: lvpfeil@hotmail.com

“Novo Mundo”, ampliando, assim, os territórios e a influência econômica e política do império colonial português.

As navegações sempre desempenharam papel central no imaginário coletivo português, sendo responsáveis por constituir a identidade nacional ao longo da história. Durante o período do Renascimento, Portugal ocupou uma posição de destaque no concerto global –eurocêntrico- da época através do caráter excepcional e inédito proporcionado pelas explorações marítimas e pelos constantes descobrimentos de novas terras e novos povos. O país acabou assim por desenvolver uma forte imaginação de centro em virtude destas conquistas, assimilando o passado glorioso da nação e os feitos épicos de seus navegadores à essência do “*ser*” português.

Como aponta Eduardo Lourenço (1999), os descobrimentos e as navegações foram responsáveis por instalar Portugal em um novo tempo, onde o país se assumia como protagonista dos avanços do Ocidente e como uma espécie de “povo escolhido”, incumbido do direito e do dever histórico de espalhar a fé cristã pelos quatro cantos do planeta. O império, por mais de 500 anos, ocupou assim uma posição central na cultura, na identidade e no imaginário nacional português, tendo moldado durante a história a existência e os discursos sobre a ideia de nação.

Com os Descobrimientos e as suas consequências – estabelecimento na costa da Índia, em Malaca, na China, povoamento de ilhas atlânticas, sobretudo, colonização e povoamento do Brasil, mais tarde ou simultaneamente presença em Angola, Guiné, Moçambique – Portugal entrou num tempo histórico que lhe alterou não só o antigo estatuto de pequeno reino cristão peninsular, entre outros, mas a totalidade da sua imagem. Em sentido próprio e figurado passou a ser dois, não apenas empiricamente, mas espiritualmente. (LOURENÇO, 1999, p. 95).

O império sempre serviu para Portugal, ao longo da história, como uma espécie de refúgio e oásis, onde o país podia se abrigar nos momentos de crise e tensão identitária. Por ser possuidor de um império, o primeiro império global da humanidade, Portugal podia imaginar-se como país central, possuidor de uma posição política privilegiada em relação às demais potências europeias como a vizinha Espanha e o poderoso reino da Inglaterra. As posses territoriais, na verdade, não passavam de uma espécie de espaços compensatórios, sendo que através deles Portugal, um pequeno país, isolado

no extremo oeste da Península Ibérica, atrasado econômica e culturalmente, podia imaginar-se como centro.

Não fomos, nós somos uma pequena nação que desde a hora do nascimento se recusou a sê-lo sem jamais se poder convencer que se transformara em grande nação. Contudo, se exceptuarmos talvez a Macedónia e Roma, poucas vezes um povo partindo de tão pouco alcançou (embora sob uma forma desorbitada fatora de nova consciência de importância mascarada de poderio) um direito tão claro a ser tido por “grande”. Acontece, todavia, que mesmo na hora solar da nossa afirmação histórica, essa grandeza era, concretamente, uma ficção. (LOURENÇO, 2001, p. 25-26).

Ao analisar-se os versos do hino nacional português, “*A Portuguesa*”, escrito por Henrique Lopes de Mendonça em 1890, nos rescaldos emocionais causados pelo *Ultimatum* britânico, e tornado oficial em 1957, percebe-se como a memória do império e todos os valores ligados às explorações marítimas são apresentados como símbolos da cultura e da identidade nacional. A letra do hino enaltece e reflete o aspecto épico da identidade lusitana e convoca os portugueses à defesa da pátria e da história de grandeza de Portugal.

Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!
Entre as brumas da memória,
Ó Pátria sente-se a voz
Dos teus egrégios avós,
Que há-de guiar-te à vitória!

Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os canhões marchar, marchar! (MENDONÇA, 1890).

Seguindo a mesma linha dos versos do hino português, *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, a principal narrativa épica da literatura e da cultura portuguesa, ilustra, durante o período histórico do Renascimento, através de seus versos, toda a exaltação da força da nação lusitana e sua forte ligação com a valorização das navegações e de suas posses imperiais. A epopéia de Camões, de acordo com a visão de Eduardo Lourenço (2013, p. 148), apresenta-se como “a referência unânime do que pode chamar-se, com toda ambiguidade, ‘o espírito nacional’”. Ao longo dos séculos, os versos de

Camões converteram-se em uma espécie de espelho para os portugueses, narrativa onde a identidade e o imaginário nacional sempre puderam se rever e alimentar a força do seu império colonial.

Camões, em *Os Lusíadas*, recupera a tradição da epopeia clássica de acordo com o padrão apresentado na *Odisséia* de Homero, apresentando a narração da grandiosa viagem de Vasco da Gama na busca pela descoberta do Caminho das Índias. A epopeia apresenta os portugueses como um povo cheio de virtudes, repleto de coragem para enfrentar o desconhecido dos mares, capaz até mesmo de desafiar e vencer o poder dos deuses em nome do seu país e da vontade de expandir o seu império ao redor do planeta. Na proposição do poema, encontra-se a descrição deste povo detentor de uma força e coragem sobre-humanas, capaz de apagar e deixar no esquecimento os feitos famosos e heróicos dos gregos e dos troianos, colocando-se, assim, como povo e cultura superior.

As armas e os barões assinalados
Que, da Ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram;

E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis que foram dilatando
A Fé, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando,
E aqueles que por obras valorosas
Se vão da lei da Morte libertando:
Cantando espalharei por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e a arte.

Cessem do sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandre e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
A quem Netuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se levanta. (CAMÕES, 2013, p. 17-18).

Comenta Bakhtin (1998, p. 405), que “o mundo da epopéia é o passado heróico nacional, é o mundo das ‘origens’ e dos ‘fastígios’ da história nacional, o mundo dos pais e ancestrais, o mundo dos ‘primeiros’ e dos ‘melhores’”. O

gênero épico caracteriza-se, dessa forma, pelo engrandecimento das origens nacionais e pela consolidação de um passado absoluto, onde tudo é perfeito e acabado. Na epopeia, são enaltecidos os heróis fundadores da pátria e seus feitos e valores gloriosos, que passam a ser representativos de toda uma coletividade. O discurso épico torna-se, assim, homogeneizador, pois transforma a memória e o imaginário coletivos em algo seletivo, portadores de uma única e inquestionável verdade.

Na epopeia, o homem comum e sua experiência histórica são suplantados e apagados pelos feitos do herói exemplar. A história passa a comportar somente uma versão oficial, somente a versão revestida de vitórias e de grandes gestos. Em *Os Lusíadas*, o personagem central é Vasco da Gama, famoso navegador e comandante da frota portuguesa, responsável por conduzir o nome e a história do país através dos oceanos do planeta. Como comenta Jane Tutikian (2013, p. 12) ao se referir à épica camoniana, “encontramos na obra o aristocratismo social, ficando evidente que a expansão de que trata Camões é uma expansão monárquica, e não uma expansão popular. Seus guerreiros são nobres, e não do povo”.

A epopeia de Camões realiza uma mitificação da identidade portuguesa, ligando-a intrinsecamente ao império e aos ideais da expansão marítima. Ao longo da história de Portugal, a noção de império foi sempre utilizada, desde a Monarquia até o Estado Novo de Salazar, como pedra angular da própria existência do país enquanto nação livre. O império, como anteriormente apontado, sempre garantiu a Portugal a possibilidade de imaginar-se como um país “grande”, capaz de figurar entre as potências da Europa. *Os Lusíadas*, assim, deram corpo a esta ideologia imperial, veiculando o passado absoluto e conquistador da nação através do tempo e servindo como uma espécie de manual de propaganda representativa da alma e da essência épica da nação.

O Estado Novo e a Guerra Colonial: uma epopeia ao avesso

O Estado Novo, que comandou Portugal desde a década de 1920 até a Revolução dos Cravos em Abril de 1974, caracterizava-se por ser um regime antidemocrático que prometia realizar uma espécie de resgate dos valores e da

alma portuguesa. Como comenta Margarida Calafate Ribeiro (2004, p. 118), após a chegada do Estado Novo ao poder, “surgem as iniciativas de regenerar a nacionalidade e o espírito nacional, fazer renascer o espírito imperial de outrora, reaportuguesar Portugal e os portugueses ou, numa palavra, fazer ressurgir Portugal reorganizado e robustecido.” O modelo ideológico do salazarismo pregava, assim, uma ressurreição dos valores herdados do passado das navegações e dos descobrimentos, quando Portugal despontava como representante do Ocidente ao redor do globo terrestre, abrindo novos caminhos e possibilidades através de sua coragem e de seu ímpeto pela expansão territorial.

Em linhas gerais, pode-se considerar, então, que o Estado Novo nutria uma visão camoniana da história e da existência portuguesa, pois o regime buscava, através de seu mecanismo de repressão e propaganda, criar e manter um ambiente, onde prevalecesse um passado absoluto e inquestionável e onde todas as individualidades fossem homegeneizadas e convertidas para um único objetivo: a aceitação e a idolatração dos feitos e da grandeza nacionais. Qualquer alternativa que questionasse o regime, desta forma, automaticamente seria considerada uma voz que constestava a coletividade e o “*ser português*”, uma voz que deveria ser calada e desconsiderada para não atrapalhar a caminhada ontológica e horizontal da história da nação.

A mitologia imperial portuguesa começa a entrar em colapso a partir do início da década de 1960, quando Portugal, então sob o domínio da ditadura do Estado Novo, se vê pressionado a conceder a independência política e econômica às suas colônias na África. O Estado Novo caracterizava-se fortemente por nutrir uma ideologia fascista e imperial, adotando uma visão épica da história portuguesa, e por isso considerava tal situação inaceitável, pois a perda dos territórios ultramarinos, de acordo com a retórica ditatorial, colocava em causa a própria existência e a identidade da nação.

O modelo de exploração política e econômica estabelecido por Portugal na África desde o século XVI começa a ser questionado e combatido, primeiramente em Angola, a partir de 1961, com a organização e o surgimento de partidos políticos e movimentos de guerrilha que passaram a exigir a independência total das colônias portuguesas em África. A luta pela libertação

do colonialismo português espalha-se, ainda no começo da década de 1960, para os demais territórios do império, como Guiné-Bissau e Moçambique, desencadeando um período de enfrentamento militar entre as colônias africanas e Portugal denominado de Guerra Colonial, que se estendeu por mais de uma década, até a queda do regime do Estado Novo na Revolução dos Cravos, em Abril de 1974.

Neste momento de enfrentamento, como forma de arregimentar o apoio da opinião pública e como forma de justificar o intenso empenho político e econômico da nação com as conseqüentes ações militares e com o envio de centenas de milhares de combatentes para o continente africano, Portugal assume novamente um discurso épico e transforma a guerra em uma espécie de nova cruzada aos moldes camonianos, agora situada em plena segunda metade do século XX, visando garantir a soberania nacional sobre seus territórios e garantindo, assim, os quase 500 anos de imaginário e identidade imperial da pátria.

A Guerra Colonial, iniciada em 1961 começa a colocar em causa a existência épica da nação portuguesa construída ao longo da história e mitificada pela retórica ultranacionalista e conservadora do Estado Novo de Salazar, apresentando-se como uma espécie de ruptura da história e do imaginário português por “ser uma guerra que mina a ontologia nacional” (VECCHI, 2010, p. 20) e “desmancha o mecanismo de exceção sobre o qual se regeu” (*Idem*, p. 21), a memória dos 500 anos de imperialismo da nação. A Guerra Colonial trata-se de um evento sobredeterminado e problemático para a identidade portuguesa, pois, ainda de acordo com a visão de Roberto Vecchi (2010, p. 16), ela “tanto pode ser enquadrada como colonial ou, pela contra-leitura, uma guerra civil, interna, intestina, nas dobras retorcidas de ‘uma história colonial no mínimo complexa’”.

A Guerra Colonial pode ser considerada, desta forma, uma guerra ao avesso, uma situação ambígua na história nacional, pois nela Portugal era obrigado a combater a si próprio, sendo obrigado a reprimir o seu próprio povo a fim de evitar que os territórios que formavam o corpo político e imaginário da nação se desmembrassem, causando desta forma, uma ruptura não somente física e econômica, mas principalmente identitária, no que se refere à autoimagem que o país nutria em relação a si próprio. Ainda de acordo com

Roberto Vecchi (2010), nos campos de batalha na África não estavam em jogo somente os espaços e territórios físicos da nação, mas também estavam em disputa os 500 anos de história imperial que alimentavam o imaginário e a identidade nacional portuguesa.

A guerra foi responsável por afetar toda a sociedade portuguesa no decorrer das décadas de 1960 e de 1970, tendo em vista que, praticamente, não houve nenhuma família do país que não estivesse envolvida direta ou indiretamente com as problemáticas consequências dos conflitos, uma vez que foram mobilizados, durante os treze anos de guerra na África, cerca de mais de 1 milhão de combatentes. Este número corresponde a aproximadamente 10% da população do país na época e demonstra que o aparelho estatal não poupou esforços e expôs o povo português a severas consequências, a fim de lutar pela manutenção do império e pelo consequente prolongamento de sua permanência no poder.

Tendo em vista a grande porcentagem da juventude masculina mobilizada pelo Estado para a atuação nos campos de batalha no continente africano, a figura do combatente assume um importante papel na sociedade portuguesa. A partida do soldado português para a África pode ser vista como uma epopeia ao avesso, uma vez que, diferentemente dos navegadores e descobridores do período áureo da expansão nacional, desta vez os portugueses abandonam a Pensínsula Ibérica com o objetivo de garantir suas posses territoriais, evitando, desta forma, que a identidade e a história imperial da nação fossem rasuradas. O combatente assume, de acordo com os preceitos do Estado Novo, o papel de herói contemporâneo da nação, uma vez que ele é responsável por representar os ideais e a tradição épica e conquistadora de sua pátria.

A literatura que se produziu sobre a Guerra Colonial, principalmente aquela elaborada por ex-combatentes e escritores que participaram diretamente dos conflitos e, através da arte encontraram uma forma de tentar comunicar e simbolizar as experiências e os traumas vivenciados assume-se como um discurso antiépico, contrário ao camoniano em sua essência, que tenta demonstrar que esta nova jornada para a África tratava-se de um desastre coletivo. A literatura, através de um contradiscurso nacional, busca apresentar o outro lado do império colonial português, evidenciando os reflexos

causados pela guerra, por essa nova epopeia lusitana, tanto no âmbito individual como coletivo.

O combatente na ficção de Lobo Antunes: o anti-herói

Memória de elefante (1979), *Os cus de Judas* (1979) e *Conhecimento do inferno* (1980), compõem, segundo a opinião da crítica e do próprio autor, a Trilogia da Aprendizagem, série de livros que marca a estreia de Lobo Antunes na literatura. As narrativas baseiam-se em suas experiências autobiográficas enquanto médico a serviço de Portugal na Guerra Colonial em Angola, no começo da década de 1970. Os romances apresentam a rotina de um ex-combatente, *alter ego* do escritor, que não consegue mais se readaptar à sua vida cotidiana após o regresso dos campos de batalha e que se vê constantemente assombrado pelos traumas do passado.

O combatente, no período após a Revolução dos Cravos, passa a ser encarado pela sociedade portuguesa redemocratizada como uma espécie de fantasma, uma figura cuja imagem perturba o novo discurso de memória e identidade nacional que se buscava estabelecer após a derrota na Guerra Colonial, a perda das colônias africanas e a libertação das quatro décadas de opressão do regime do Estado Novo. O novo governo português, após a Revolução, busca afastar a imagem do país ligada ao tempo do imperialismo e do fechamento político e econômico, almejando regenerar Portugal, buscando, assim, uma aproximação do país aos vizinhos da Europa, uma vez que o império, outrora signo e espaço de refúgio, chegara ao fim com a consequente queda do salazarismo.

O ex-combatente é assim posto à margem da sociedade e passa a ocupar um espaço de “entre-lugar” da história nacional, não pertencendo mais a nenhum tempo. Ao retornar da guerra em África, o soldado assume um aspecto fantasmático, no sentido de que ele é o resto do desabamento do império português, a permanência insistente de uma história que foi sistematicamente apagada da memória coletiva nacional. Os romances de Lobo Antunes buscam demonstrar que esta figura sobredeterminada da história contemporânea possui muito a dizer sobre a identidade de Portugal, no

sentido de que ele representa o avesso do modelo camoniano do “ser” português ligado ao império e às narrativas épicas.

No período posterior à Revolução dos Cravos, devido ao processo de abertura política e restabelecimento das liberdades civis, revisar o passado da nação tornou-se fundamental, principalmente para aqueles sujeitos que vivenciaram de perto os últimos capítulos do império, como a Guerra Colonial e a posterior conturbada emigração em massa dos colonos portugueses, residentes nas colônias africanas recém independentes, para o Portugal continental. A literatura portuguesa produzida após 1974 passa a questionar os mitos fundadores da identidade nacional, tentando, assim, revisar um passado que toda a sociedade queria sepultar, mas que, na verdade, permanecia ainda vivo na figura dos ex-combatentes e dos colonos retornados.

Uma das marcas discursivas fundamentais dessa literatura que passa a ser produzida no período pós-imperial é o constante desafio ao modelo camoniano da identidade portuguesa. A literatura passa a tematizar e dialogar constantemente com o passado e o presente da nação, almejando questionar e desconstruir os padrões culturais e sociais que moldaram a constituição da imagem épica e imperial de Portugal ao longo dos séculos. Conforme Anna Kalewska (2000, p. 373), utilizando como exemplo a produção literária de Mário Cláudio, José Saramago e Lobo Antunes, “os romances dos anos 80 e 90 (...) são estruturados camonianamente no sentido de defender e exaltar a liberdade colectiva e individual. E minam as convenções do gênero épico, como que confundindo a letra, o estilo e o espírito do tempo”.

Ainda de acordo com as palavras de Kalewska (2000, p. 380), “a modalização anti-épica se processa e impregna nos textos de autores contemporâneos” através de uma “obsessiva reposição dos cenários da história” e de uma “cumplicidade constante do narrador com os anti-heróis”. A ficção portuguesa contemporânea abre mão, desta forma, dos grandes nomes da história e da cultura da nação e, se os convoca a participar das narrativas, isto se dá sempre de modo paródico e desconstrutivo, como podemos perceber em vários exemplos, como *Jornada de África*, de Manuel Alegre; *Peregrinação de Barnabé das Índias*, de Mário Cláudio; *O conquistador*, de Almeida Faria e *As naus*, do próprio António Lobo Antunes.

Como refere Bakhtin (1998, p. 420), o romance caracteriza-se justamente pela “reinterpretação e a reavaliação permanentes” do mundo, pois, ainda de acordo com o autor, o mesmo “está ligado aos elementos do presente inacabado que não o deixam se enrijecer”, (Idem, p. 417) e “o romancista gravita em torno de tudo aquilo que não está ainda acabado” (*idem*, p. 417). Sendo assim, a forma do romance questiona a distância épica e o passado absoluto, utilizando como material de seu discurso os problemas sobredeterminados da contemporaneidade. O romance português que tematiza a Guerra Colonial pode ser compreendido, desta forma, como antiépico, pois recupera e tematiza a história recente de Portugal, buscando sempre reescrever e reavaliar a identidade e o imaginário coletivos, marcados profundamente pelo desmanche do império colonial.

A produção ficcional de Lobo Antunes, analisada no presente artigo, realiza, através da representação dos traumas e do drama dos combatentes retornados da Guerra Colonial, uma espécie de releitura antiépica do mito camoniano inscrito na identidade e no imaginário coletivo da nação portuguesa. O soldado antuniano desempenha o papel de um anti-herói, pois é incapaz de seguir os ensinamentos e preceitos épicos dos grandes conquistadores e defensores da expansão da pátria, uma vez que não se identifica com a causa que defende e, ao regressar, é marcado pelo estigma da derrota e da perda das colônias.

Bakhtin (1998) comenta que o herói das narrativas épicas é o homem de um passado absoluto, um sujeito perfeito e acabado, que segue seu destino e alcança seus ideais com plenitude. Essa é a imagem que existia no imaginário português e que era construída pela retórica fascista e imperialista do Estado Novo a respeito do combatente português da Guerra Colonial, que deveria desta forma, encarnar a tradição histórica de seu país e ser capaz de garantir a soberania da nação, mas não é o que ocorre nas narrativas de Lobo Antunes, pois temos sempre a presença de um homem fragmentado, traumatizado pela experiência destruidora da guerra e incapaz de se readaptar ao seu país.

Na Trilogia da Aprendizagem, -*Memória de elefante*, *Os cus de Judas* e *Conhecimento do inferno*- o protagonista, um médico psiquiatra, recém-retornado da guerra na África, vive constantemente mergulhado em um

profundo estado de melancolia e depressão, pois se encontra com o casamento desfeito e afastado das duas filhas. As experiências ligadas à guerra e a viagem para África emergem sempre em sua consciência como um evento transformador, responsável por alterar a forma como encara a vida e o mundo. A guerra, ao invés de representar um evento didático e grandioso na vida do combatente, aos moldes da épica, apresenta-se como uma “dolorosa aprendizagem da agonia”, espécie de condenação, responsável por desencadear uma série de confrontos existenciais, familiares e sociais.

Em passagem do romance *Memória de elefante*, o médico protagonista relembra a solidão, o ódio e o desamparo constante que vivenciou durante a guerra em Angola e questiona por qual motivo a negatividade daquela experiência nunca mais o abandonou, mesmo após ele já ter regressado para Portugal. A guerra, nas palavras do protagonista, é comparada ao inferno e a uma espécie de tortura e condenação sem fim.

(...) achávamos sem passageiros na jangada, condenados uns aos outros como, pensou o psiquiatra, no arame farpado em África: para o fim da comissão já se jogava king com entonações de ódio na garganta, formigueiros de bofetadas nos dedos, a ira pronta a disparar da boca desengatilhada. Por que será que continuamente me recordo do inferno, interrogou-se ele: por de lá não ter escapado ainda ou por haver substituído por outra qualidade de tortura? (ANTUNES, 2009, p. 107-108).

Em *Conhecimento do inferno*, o médico protagonista compara o regresso a Portugal após a experiência da guerra em Angola a uma espécie de prolongamento do inferno. Segundo ele, o cotidiano de ex-combatente, marcado por uma vida fragmentada e assombrada pela violência e pelos traumas dos campos de batalha assemelha-se a um prolongamento do sofrimento e da angústia, como se a guerra não tivesse acabado nunca, como se as memórias do passado lhe perseguissem eternamente. O conhecimento do inferno, no seu entender, é o ato de regressar para um país e para uma vida que perderam o significado, é a tentativa fracassada de se encaixar em uma rotina e temporalidade que perderam o sentido e se alteraram bruscamente após sua juventude e seus sonhos terem sido manchados por uma ditadura que o obrigou a lutar em nome de uma causa perdida.

Em 1973, eu regressara da guerra e sabia de feridos, do latir de gemidos na picada, de explosões, de tiros, de minas, de ventres esquartejados pela explosão das armadilhas, sabia de prisioneiros e de bebês assassinados, sabia do sangue derramado e da saudade, mas fora-me poupado o conhecimento do inferno. (ANTUNES, 2006, p. 22).

O trabalho como psiquiatra no Hospital Miguel Bombarda, em Lisboa, após o regresso, passa a ser visto pelo médico como uma nova convocação para a guerra, uma espécie de tortura e sofrimento, pois após ter vivenciado os horrores e a crueldade a que um homem pode ser capaz de submeter o outro em nome de valores e ideologias inconsequentes, ele tem ainda de lidar com as angústias e as dores de seus pacientes, tem de tentar compreendê-los e tratá-los, apesar do fato de ele próprio precisar de auxílio para lidar com os traumas do passado e com as incertezas do presente, de uma vida marcada pela desconstrução de todas as suas certezas.

Chegou ao Hospital Miguel Bombarda com um papel no bolso, uma guia de marcha como na tropa, era Junho de 1973 e suava de calor sob o casaco, a camisa, a gravata, a darda laica, civil, que vestia. Estou na tropa, pensou, estou a chegar a Mafra de novo, vão dar-me uma espingarda, cortar-me o cabelo, ensinar-me, disciplinadamente, a morrer, e enviar-me para o cais de Alcântara a embarcar num navio de condenados. (ANTUNES, 2006, p. 28).

Em *Os cus de Judas*, romance apontado pela crítica como um dos primeiros relatos literários de denúncia sobre a Guerra Colonial, e que consagrou Lobo Antunes não só no âmbito nacional, mas também internacional, encontra-se a continuidade da abordagem da problemática da experiência da Guerra Colonial. O médico protagonista, assim como em *Memória de elefante* e *Conhecimento do inferno*, entende a guerra como um processo de revelação, uma revelação do absurdo da violência humana e, principalmente, uma revelação da traição a que os portugueses foram submetidos pelo governo ditatorial em nome da defesa das colônias. Em *Os cus de Judas*, surge um discurso mais violento e incisivo sobre a Guerra Colonial e suas consequências, e o narrador, através de um monólogo com uma mulher em um bar, durante uma noite, recupera, de forma conturbada e labiríntica, as memórias do tempo de África.

Quem veio aqui não consegue voltar o mesmo, explicava eu ao capitão de óculos moles e dedos membranosos colocando delicadamente no tabuleiro, em gestos de ourives, as peças de xadrez, cada um de nós, os vivos, tem várias pernas a menos, vários braços a menos, vários metros de intestino a menos, quando de amputou a coxa gangrenada ao guerrilheiro do MPLA apanhado no Mussuma os soldados tiraram o retrato com ela num orgulho de troféu, a guerra tornou-nos em bichos, percebe, bichos cruéis e estúpidos ensinados a matar (...), o mundo-que-o-português-criou são estes luchazes côncavos de fome que nos não entendem a língua, a doença do sono, o paludismo, a amibiase, a miséria (...) (ANTUNES, 2009, p. 123).

A guerra é responsável por uma espécie de tomada de consciência por parte do protagonista, pois se apresenta como um movimento de desintegração e desumanização do homem e das suas crenças. Aos olhos do protagonista, a contra-epopéia portuguesa empreendida para a África no século XX prova que aquele “mundo-que-o-português-criou”, ao longo de cinco séculos de navegações, colonização e imperialismo, travestidos de missão épica e civilizadora, não passava de uma completa falsidade; uma mentira responsável por explorar os povos das colônias africanas e manter preso o próprio povo português em um regime antidemocrático.

Como comenta Margarida Calafate Ribeiro (2004, p. 270), na Trilogia da Aprendizagem, “o ‘mundo-que-o-português-criou’”, “aprendido desde os bancos da escola como uma verdade nacional indiscutível”, assume “ aos olhos do narrador personagem o espelho grotesco e excessivo de grande mentira da casa portuguesa ”. A experiência com a guerra, ao invés de despertar o sentimento patriótico, desperta no combatente o desprezo pela causa nacional, problematizando, desta forma, todos os discursos e mitos historicamente veiculados ao longo da história sobre a nação e sobre o “ser” português.

A cada ferido de emboscada ou de mina a mesma pergunta aflita me ocorria, a mim, filho da Mocidade Portuguesa, das Novidades e do Debate, sobrinho de catequistas e íntimo da Sagrada Família que nos visitava a domicílio numa redoma de vidro, empurrado para aquele espanto de pólvora numa imensa surpresa: são os guerrilheiros ou Lisboa que nos assassinam, Lisboa, os americanos, os russos, os chineses, o caralho da puta que os pariu combinados para nos foderem os cornos em nome de interesses que me escapam, quem me enfiou sem aviso neste cu de Judas de pó vermelho e de areia, a jogar as damas com o capitão idoso saído de sargento que cheirava a menopausa de escrituário resignado e sofria do azedume crônico da colite, quem me decifra o absurdo disto, as cartas que recebo e me falam de um mundo que a lonjura tornou estrangeiro e irreal, os calendários que risco de cruces a contar os dias que me separam do

regresso e apenas achando à minha frente um túnel infindável de meses, um escuro túnel de meses (...) (ANTUNES, 2010, p. 39-40).

Nesta passagem de *Os cus de Judas*, o médico-protagonista opõe-se claramente à guerra, questionando os motivos que o forçaram a abandonar sua família e seu país para ter de conviver diariamente com a morte e o isolamento no fim do mundo, nos cus de Judas da África. O discurso do narrador lança uma crítica severa à cultura portuguesa que o formou na infância, ao “mundo-que-o-português-criou”, que na verdade acabou por se revelar como uma traição da pátria portuguesa aos seus cidadãos, mandados arbitrariamente para outro continente para defender o Estado Novo e sua ideologia imperialista.

Anna Kalewska (2000, p. 384) argumenta que “a verdadeira aprendizagem cívica individual ou colectiva não é possível no género anti-épico, porque não existe a univocidade do mundo, há, porém, multiplicidade de visões e apagamento de fronteiras (...)”. Os romances de Lobo Antunes, desta forma, são narrativas antiépicas que questionam a identidade portuguesa, pois neles temos acesso à voz e à perspectiva histórica do ex-combatente como o “outro”, um sujeito excluído da história nacional, que apresenta a sua versão intensamente problematizadora da história contemporânea portuguesa, uma história que, no período posterior à Revolução dos Cravos, estava sendo apagada da memória coletiva.

O combatente antuniano contradiz a noção estabelecida por Georg Lukács (2007) de que na epopeia o homem integra-se totalmente com sua comunidade, com seu povo e ideologias. Nos romances de Lobo Antunes, o sujeito, cuja existência foi fragmentada pela traumática e dolorosa experiência da Guerra Colonial e que, após o regresso dos campos de batalha na África, perambula, como uma espécie de fantasma, um resto da história, por entre um tempo indefinido, por uma espécie de “entre-lugar” da sociedade portuguesa, à procura de um consolo impossível para suas cicatrizes.

Através da retomada e da recriação do passado histórico recente ligado à Guerra Colonial, a ficção de Lobo Antunes estabelece um “diálogo transformador com o modelo camoniano, investigando-se também a crise da identidade” (KALEWSKA, 2000, p. 386) que acomete Portugal após a Revolução dos Cravos em Abril de 1974 que promove o consequente término

do império colonial, obrigando a nação a repensar seus limites e revisar seu imaginário e sua identidade, após ter vivenciado cerca de cinco séculos uma espécie de ilusão e aventura imperial pelos quatro cantos do planeta.

O discurso literário antuniano pode ser lido, desta forma, como um discurso que renuncia ao discurso laudatório da épica camoniana, pois em suas narrativas encontra-se a representação da pequenez e da fragilidade do ser humano frente a um mundo que perdeu a lógica e a significação, um mundo que foi virado ao avesso após a guerra. Ao invés de conquistarem a glória e a expansão do império nos campos de batalha africanos, os combatentes portugueses retornam à metrópole como fantasmas, desprovidos do caráter heróico que marca os versos épicos de Camões. Ao contrário de *Os Lusíadas*, os romances de Lobo Antunes apresentam uma jornada antiépica, uma viagem ao avesso, que contradiz as conquistas e a tradição imperial presentes no imaginário e na identidade portuguesa ao longo dos séculos.

THE REPRESENTATION OF THE COMBATANT IN THE FICTION OF ANTÓNIO LOBO ANTUNES: GHOSTS OF AN ANTIPICAL PORTUGAL

Abstract: This present article analyzes the antiepic representation of the portuguese combatant in three novels by the portuguese writer António Lobo Antunes: *Memória de elefante* (1979), *Os cus de Judas* (1979) and *Conhecimento do inferno* (1980). The portuguese literature that thematizes the Colonial War stands out for presenting a discourse contrary to the camonian model and to its laudatory discourse, seeking to reinterpret the meaning of the contemporary history of Portugal. To discuss the theme, the theorists Bakhtin (1998) and Anna Kalewska (2000) were used. It was thus demonstrated that the fiction of Lobo Antunes is an antiepic discourse, which causes a rupture in identity and the national collective imagination by questioning, through the figure of the Colonial War combatant, the epic discourse of the foundation of all the portuguese imperial mythology, which constitutes one of its marks in the portuguese literary history.

Keywords: Antiepic; anti-hero; Colonial War; national identity; António Lobo Antunes

Referências

ANTUNES, António Lobo. *Conhecimento do inferno*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

_____. *Memória de elefante*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

_____. *Os cus de Judas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. Epos e romance. In: _____. *Questões de literatura e estética*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 1998, p. 397-428.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Organização, apresentação e notas de Jane Tutikian. Porto Alegre: L&PM, 2013.

KALEWSKA, Anna. *As modalizações anti-épicas na narrativa portuguesa contemporânea: José Saramago, António Lobo Antunes e Mário Cláudio*. Veredas. Nº 3 (2000).

LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Mitologia da saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Dom Quixote, 2013.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2007.

MENDONÇA, Henrique Lopes de. *A Portuguesa*. Hino Nacional Português. 1890. Disponível em: <http://natura.di.uminho.pt/~jj/musica/html/portuguesa.html>. Acesso em 14 maio de 2018, às 11h:21m.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.

TUTIKIAN, Jane. Apresentação e notas de *Os Lusíadas*. In: CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Organização, apresentação e notas de Jane Tutikian. Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 7-14.

VECCHI, Roberto. *Excepção Atlântica: pensar a literatura da Guerra Colonial*. Porto: Afrontamento, 2010.

Data da Submissão: 12/09/2018

Data da Aprovação: 17/12/2018